

Dinheiro.

Um Natal mais farto em 2012

A Confederação Nacional de Comércio (CNC) estima que as vendas do Natal 2012 sejam 7,5% maiores que as de 2011.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

BRIGA PELOS ROYALTIES PETRÓLEO NO NORDESTE MUDA RUMOS DO DEBATE

Região que apoia Estados não produtores pode mudar de lado

▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

A descoberta de novos campos de petróleo em áreas marítimas no Nordeste, como a feita dias atrás na Bacia de Sergipe-Alagoas, poderá criar uma situação inusitada. Os Estados nordestinos que mais brigam pelos royalties dos campos já licitados passarão a receber a compensação, como acontece hoje com Rio de Janeiro e com Espírito Santo, por exemplo.

Hoje, os dois Estados da Região Sudeste são os que mais recebem royalties participação especial, principalmente pelos campos marítimos. A produção em São Paulo está começando, e, no Nordeste, novas descobertas estão sendo feitas, mas a produção ainda não é significativa.

Mas, caso as regras de distribuição de royalties sejam mantidas, como querem Rio e Espírito Santo, nos Estados onde a arrecadação hoje é insignificante, o repasse passará a ser muito maior. Na terça-feira, o presidente do Senado, José Sarney disse que pretende colocar em votação o pedido urgência para avaliar o veto da presidente Dilma.

Se for derrubado o veto dado pela presidente Dilma Rousseff ao artigo terceiro do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, que prevê uma distribuição igualitária dos royalties dos cam-



DIVULGAÇÃO

Em 2013, a estimativa é de que Estado e municípios produtores recebam R\$ 2,3 bi em compensações

pos já em produção, todos os Estados e municípios, independentemente de serem produtores ou não, receberão uma parte do bolo de quase R\$ 20 bi por ano, que é quanto as companhias petrolíferas recolhem a título de royalties pela produção de petróleo e gás em terra e no mar.

No caso do Espírito Santo, a estimativa é de que, em 2013, o Estado e os municípios produtores recebam R\$ 2,3 bilhões em compensações. Isso ocorre se o sistema não for modificado. Até 2020, calcula-se que o Espírito San-

to poderá perder R\$ 10,5 bilhões em royalties, se o veto for derrubado.

ESPECIALISTAS

Para alguns especialistas, a nova descoberta anunciada nesta semana mostra que governadores do Nordeste, como o de Sergipe, podem estar dando um "tiro no pé" ao se unirem aos demais Estados não produtores, na tentativa de derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff.

"É uma atitude que pode se virar contra eles próprios. Certamente, Esta-

dos como Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte serão muito prejudicados se o veto for derrubado no Congresso, porque essas descobertas fazem parte de áreas já licitadas", avalia especialista ligado ao setor e que acompanha atentamente a situação.

Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), Adriano Pires Rodrigues, a explicação para tal atitude é que os políticos no Brasil têm visão imediatista. "Os políticos brasileiros têm uma visão de curto prazo, querem ganhar o dinheiro agora,

por isso são a favor que a lei atinja os contratos em vigor. Os recursos dos futuros contratos vão demorar muitos anos para serem recebidos", afirmou, daí a urgência dos não produtores em querer participar da distribuição agora.

Acontece que, enquanto a questão dos royalties não for resolvida, isto é, o sistema de distribuição não estiver definido, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não realiza leilões de novos blocos de petróleo, o que pode atrasar, em vários anos, a exploração de áreas novas no país.

Na quinta-feira passada, a presidente ANP, Magda Chambriard, reforçou que a próxima rodada de licitação de petróleo e gás deve acontecer em maio de 2013, como previsto, e em novembro do mesmo ano, ocorrerá a primeira rodada de leilão de blocos em áreas do pré-sal.

Falta mesmo, segundo a presidente da agência reguladora, a definição da alíquota de cobrança de royalties sobre o petróleo do pré-sal, "mas agora já está certo que será de 15%", afirmou ela.

A 11ª rodada continua sendo o foco na margem equatorial, segundo a presidente da ANP, mas o mais importante, e o que o mercado, realmente, aguarda, é a definição da data para as novas áreas do pré-sal.

A situação poderá não se resolver tão facilmente como a executiva da ANP espera. Tudo vai depender de como será a tramitação do veto no Congresso. Caso não seja favorável aos Estados produtores, Rio e Espírito Santo, principalmente, os governadores deverão procurar o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar na Justiça a posição do Senado e da Câmara Federal.

Segundo Magda, ainda não há previsão de uma nova rodada de leilões para poços em terra, por falta de volume de áreas a serem oferecidas. As rodadas, no entanto, estão sujeitas à votação do veto.